

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.648 - SP (2018/0289144-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : LUCIANA MARINI DELFIM E OUTRO(S) - SP113599  
**AGRAVADO** : BENEDITO SILVEIRA LEITE  
**AGRAVADO** : CARMEM ANTUNES DA SILVA NUNES  
**AGRAVADO** : DECIO CAMPANHA  
**AGRAVADO** : IRIAS FERREIRA VESTENA  
**AGRAVADO** : JOAO DOMINGUES ALVES DE OLIVEIRA  
**AGRAVADO** : LAZARA NUNES MERIGIO  
**AGRAVADO** : MARIA JOSE ANSELMO GALVAO PENTEADO  
**ADVOGADOS** : NELSON CAMARA - SP015751  
MÁRIO RANGEL CÂMARA E OUTRO(S) - SP179603  
FERNANDA EUGÊNIA FERREIRA DIAS - SP245296

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pela **Fazenda do Estado de São Paulo** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 227):

*APELAÇÃO - FEPASA - Pretensão deduzida por pensionistas e ex-funcionários da extinta FEPASA, objetivando o pagamento das diferenças de complementação de aposentadorias e pensões, aplicando-se a conversão da URV, em 1º de março de 1994, conforme determinação do art. 18 da MP nº 434/94, posteriormente convertida na LF nº 8.880/94, que instituiu modificações no sistema econômico nacional Improcedência da ação pronunciada em primeiro grau Decisório que não merece subsistir Art. 22 da LF nº 8.880/94 que prevê a aludida conversão desde 1º de março de 1994 Tribunais superiores que têm entendido, à margem de distinção alguma na Lei nº 8.880/94, pela competência da União para legislar sobre o sistema monetário (art. 22, VI, da CF/88), sendo cabível a apontada conversão em URVs das remunerações dos servidores de todas as esferas da Federação Garantia da reposição da distorção aritmética causada pela conversão dos salários da época em URV, para as classes salariais 601 a 609, 701 a 715 e 801 a 814, que deve ser repassada aos servidores inativos e pensionistas Vantagem de caráter geral que se encontra abrangida pelo sistema de tratamento paritário entre proventos de aposentadoria e pensões e a remuneração dos servidores em atividade Recurso provido.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 246/250).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 1º do Decreto 20.910/32; 405 e 884 do Código Civil; 333, I, 475, 512 e 535 do CPC/2015; 19 e 22 da Lei nº 8.880/94; 5º da Lei nº 11.960/09; e 169, §1º, I e II da Constituição Federal. Sustenta (I) a prescrição do fundo de direito; (II) que *"não comprovaram os complementados da extinta FEPASA as supostas perdas e seus montantes, nem comprovaram se remanescem diferenças, mesmo após os reajustes dados no período da conversão e após, não cumprindo o ônus previsto no artigo 333, I do CPC"* (fl. 262)

Reforça que a *"perda efetiva não foi provada pela parte proponente, que limitou-se a invocar a legislação federal e decisões adotadas em casos envolvendo servidores federais e de outros Estados, razão pela qual o pedido reclama a decretação de sua improcedência"* (fl. 266).

#### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação não comporta acolhida.

Inicialmente, registre-se que tendo em vista que a decisão de admissibilidade do recurso especial pelo Tribunal de origem aplicou parcialmente o art. 1030, I, b do CPC/73, e tendo o ora agravante interposto o competente agravo interno na origem, o exame do presente agravo se dará apenas quanto aos demais pontos suscitados no recurso.

Quanto ao mais, em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao art. 169, §1º, I e II da Constituição Federal.

De outro lado, com relação aos arts. 405 do Código Civil, 475, 512 e 535 do CPC/73 e 5º da Lei nº 11.960/09, cumpre registrar que a mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, devendo a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal

inviabiliza a abertura da instância especial e atrai a incidência, por simetria, do disposto na Súmula 284/STF, segundo a qual é *“inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.”*. Para ilustrar, sobressaem os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 83.629/DF**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 3/4/2012; **AgRg no AREsp 80.124/PB**, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 25/5/2012.

Por fim, a alegação de que não houve comprovação do prejuízo apto a deferir a conversão dos vencimentos em URV, tal como trazida a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ, o que impede, também, o conhecimento pelo dissídio jurisprudencial.

A propósito, confirmam-se:

*ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E DE CARREIRAS DE APOIO. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS EM URV. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7/STJ E 280/STF.*

*I - A Corte de origem analisou a controvérsia dos autos levando em*

*consideração o contexto fático-probatório e a legislação local, conforme se percebe do seguinte trecho do acórdão: "Isso porque, a Lei Complementar Estadual nº 836/97, instituiu o Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação; e, as carreiras da área da saúde e carreiras de apoio, por sua vez, tiveram a reestruturação financeira através da Lei Estadual 795/1995. A reestruturação, em todos os casos, se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela correta conversão em URV, como decidiu o Colendo Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário nº 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Logo, no caso de eventual procedência, haveria crédito atinente, apenas, ao período anterior às reestruturações ocorridas em 1995 e 1997, porém coincidente com o colhido pela prescrição parcelar, considerando o referido ajuizamento da ação em 23 de julho de 2008".*

*II - Assim, para se chegar à conclusão diversa seria necessário o reexame fático-probatório dos autos, o que é vedado pelos enunciados n. 7 da Súmula do STJ e, por analogia do 280 da*

*Súmula do STF.*

*II - Agravo interno improvido.*

**(AgInt no AREsp 1213925/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 15/05/2018)**

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. CONVERSÃO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

*1. Discute-se a existência do direito de servidor público estadual revisão da conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor - URV pela incidência da Lei 8.880/1994.*

*2. No julgamento do REsp 1.101.726/SP, de relatoria da Ministra Maria Thereza de Assis Moura o STJ, firmou-se o entendimento de que os servidores cujos vencimentos eram pagos antes do último dia do mês têm direito à conversão dos vencimentos de acordo com a sistemática estabelecida pela Lei 8.880/94, adotando-se a URV da data do efetivo pagamento nos meses de novembro de 1993 a fevereiro de 1994 (REsp 1.101.726/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, DJe 14.8.2009, julgado sob o rito dos recursos repetitivos).*

*3. Enfim, a tese do recorrente está condicionada à definição do dia em que ocorrerá o pagamento dos vencimentos do recorrente e à comprovação de efetivo prejuízo a este quando da conversão em URV.*

*4. A Corte Regional afirmou que "Dessa forma, constata-se a inexistência de prejuízo ou ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos aos servidores estaduais e municipais, vez o sistema remuneratório utiliza como base o mês anterior de exercício e, por conseguinte, a conversão do padrão monetário pela URV do último dia do mês, conforme dita a Lei nº 8.880/90, inibe eventual perda inflacionária." (fl. 430).*

*5. Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal exige incursão no contexto fático-probatório deste processo, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

*6. A divergência jurisprudencial, com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, fica prejudicada em razão do óbice da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.*

*7. Recurso Especial não conhecido.*

(REsp 1703167/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,  
SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017)

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

